

América Latina frente à nova bipolaridade

Fonte: [NUEVO SOCIEDAD](#) / Tradução: Charles Rosa

O conceito de “hegemonia” foi adotado pelos mais diferentes paradigmas para compreender a estrutura do sistema internacional, analisar a formação de diversos regimes de poder e compreender as funções e capacidades dos Estados.

Para o realismo, a visão dominante na teoria das relações internacionais no marco do segundo pós-guerra, a hegemonia era essencialmente conflituativa. A concentração de poder, afirmavam os chamados “realistas”, representava um elemento de risco para o sistema internacional. Entretanto, os trabalhos de Robert Gilpin, reacomodam esta visão geral do paradigma, sustentando uma visão benigna da hegemonia e aduzindo que esta tem uma função estabilizadora. Sem negar a base coercitiva que tem o poder, aduz que a hegemonia tem também uma base de consenso. Gilpin atribui à hegemonia o fato de ser provedora de bens públicos coletivos, guardando os fatores financeiros, militares e especialmente os tecnológicos nesta etapa de evolução do sistema capitalista mundial, uma importância ponderada. A hegemonia é a provedora e impulsionadora da base tecnológica de sua época. Tanto Gilpin como Robert Cox e Robert Keohane coincidem em que a hegemonia não somente é produto da acumulação de poder, mas que a mesma resulta custosa. Nem todo Estado está disposto a ser *hegemon* e pagar os custos que isso implica.

Há duas décadas, ninguém sabia se a China estava disposta a pagar os custos da hegemonia. Porém, na atualidade, as linhas de análise gravitam sobre as projeções das potências em relação disputas inter-hegemônicas entre os Estados Unidos e China. No presente ano foi realizado em Pequim o 2º Fórum da Faixa e a Rota –*One belt, One Road* (OBOR)- lançada em 2013.

Trata-se de uma imponente iniciativa, diagramada por China através de obras tecnológicas e de infra-estrutura, que conta com a adesão de mais de 100 países em todo o mundo.

Da mesma forma que os Estados Unidos com o Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT, *por suas siglas em inglês*) no segundo pós-guerra, China tenta, com a *remake* de sua milenar iniciativa, apresentar-se como um promotor do livre comércio e de um multilateralismo claramente afetado pela bipolaridade. As medidas anunciadas em matéria da “guerra comercial” pelo governo de Donald Trump –conjuntamente com outras como a retirada do Tratado Transpacífico (TPP), pareceriam evidenciar nos Estados Unidos um ator que se fecha e que privilegia uma confusa tática de ameaças e advertências do uso do *hard power*. Entretanto, a nação asiática pareceria inclinar-se pelo *soft power* que vê como uma necessidade para avançar na construção de alternativas às instituições originariamente propostas pela hegemonia norte-americana.

Em consonância com as novas táticas hegemônicas enfocadas no comércio – e particularmente no de tecnologia-, China aumentou exponencialmente sua participação nas solicitações mundiais de patentes desde o início da década de 1990. Em 2017, em termos de solicitantes individuais, três das dez primeiras eram chinesas e somente dois estadunidenses, correspondendo-se com aquelas que disputam a liderança do novo sistema digital chamado 5G. Assim mesmo, segundo o Fórum Econômico Mundial, China e Índia lideravam em 2016 a maior quantidade de graduados em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, relegando os Estados Unidos e Rússia. Enquanto os Estados Unidos tentam conter a China, o país asiático tenta afiançar sua hegemonia para 2050 no marco da construção de uma globalização com novos elementos.

Embora com pequenos pontos em comum, a situação atual dista de ser uma nova Guerra Fria. Esta era parte de um contexto histórico determinado com características únicas de um marco de pós-guerra. Na atualidade, nos encontramos com um formato

ainda em construção da confrontação e da bipolaridade. A bipolaridade da Guerra Fria era, segundo o cientista político Kenneth Waltz, rígida e estável. No entanto, agora a bipolaridade parece ser volátil ou flexível. Entretanto, o fato de que cada qual defende interesses estratégicos em disputa pela hegemonia, poderia levar novamente a uma bipolaridade mais rígida.

Pelo momento, China e Estados Unidos também experimentam sua *détente*, tal como os franceses chamavam a “distensão” nos tempos da Guerra Fria. Isso se deve à existência de situações particulares, como as eleições presidenciais nos Estados Unidos que, provavelmente, gerem uma necessidade de calma na administração republicana.

A América Latina transitou coabitou historicamente com o poder hegemônico. Uma coabitação entendida como o modo específico de limitação de reação frente ao poder de uma potência de pretensões continentais e de posterior hegemonia global, como o são os Estados Unidos. Assim mesmo, como argumenta José Paradiso, a região experimenta sua condição de perifericidade “como um conceito que abarca muito mais que a dimensão econômica: o mesmo evoca uma complexa trama de relações de poder, construções culturais, ideias e sistemas de crenças, de assimilações, adaptações, rejeições ou resistências”.

No marco da Guerra Fria, os países latino-americanos experimentaram uma bipolaridade rígida que limitou suas políticas internas e externas à vontade e as exigências dos Estados Unidos. A presença da China complexifica o atual cenário, com uma influência crescente em tratados, investimentos, financiamento e memorandos para construção de obras de infra-estrutura que competem com as instituições da hegemonia norte-americana. Panamá foi o primeiro país de uma já considerável lista de estados latino-americanos em se somar à iniciativa da Rota da Seda, à qual lhe faltam ainda as maiores economias do continente.

Contudo, neste contexto, a América Latina manifesta um estancamento das iniciativas profundas de integração regional. O abandono da UNASUR ou a paralisação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), se eclipsam frente ao surgimento de [novos «Frankensteins» como o Fórum para o Progresso de América do Sul \(Prosur\)](#). A região parece estar dilapidando a coordenação que havia germinado em anos anteriores.

Assim mesmo, ante a obtenção de lucros a curto prazo, os projetos regionais continuam sendo uma tarefa sumamente inconclusa. Os tratados de livre comércio de nova geração impulsionam os países da região a olhar para fora e tentar estabelecer um relacionamento privilegiado com países do centro da economia mundial. Um relacionamento amplo e diverso não significa em si mesmo uma problemática para as relações externas da região, ainda que se complementada com um marco de descoordenação política e projetos de integração relegados.

Historicamente desfavorecida pela globalização, parecesse que a América Latina perde gravitação a nível mundial. A carência de uma visão estratégica regional para lidar com o desafio de uma “dupla dependência externa” imposta pela nova bipolaridade, pode fazer com que a América Latina desaproveite um potencial poder de negociação coletivo e reduza à margem de manobra na tomada de decisões.